

Pressão dos estados para renegociar dívidas

A União admite até apoiar parte das reivindicações dos governadores, menos as que tratem de um esquema global de rolagem

por Líliliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

O governo federal vai se aliar aos governadores na pressão sobre o Congresso para aprovar uma série de medidas que alivia as contas dos estados, como o parcelamento do pagamento dos precatórios (dívidas judiciais), a redução dos repasses orçamentários ao Legislativo e ao Judiciário e o limite à prerrogativa da Justiça de conceder liminares contra o Poder Público. A implementação dessas medidas ajudará na redução do déficit do setor público, pelo qual os estados deverão ser responsáveis por mais da metade neste ano.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse ontem, após receber o pacote de propostas dos governadores, que “existe um grande espaço para uma ação conjunta entre o governo federal e os estados pela aprovação das reivindicações, exceto as que tra-

tam especificamente da rolagem das dívidas”. As dívidas – contratuais e mobiliárias –, que somam cerca de R\$ 100 bilhões, continuarão sendo negociadas caso a caso, pois envolvem situações específicas, segundo anunciou ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral.

O documento, assinado por 26 governadores e entregue ontem a Parente e ao presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), pelos porta-vozes do movimento – Cristovam Buarque (Distrito Federal) e Divaldo Suruagy (Alagoas), reivindica a rolagem de R\$ 100 bilhões de dívidas contratuais e mobiliárias (em títulos) num prazo de trinta anos, juros subsidiados de 6% ao ano mais correção pelo Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI). Os governadores querem reduzir dos atuais 11% da receita líquida o limite de endividamento com o pagamento das dí-



Pedro Parente

vidas junto à União para 6% nos três primeiros anos e 7% a partir do quarto ano. Sarney prometeu criar uma comissão de senadores para estudar a formulação dessas propostas em projetos de lei, projetos de resolução e emendas constitucionais.

Com exceção da rolagem das dí-

vidas, o governo federal concorda com as demais propostas dos governadores. “Vamos trabalhar junto às lideranças do governo e partidárias no Congresso para buscar essas soluções que, mesmo isoladas da renegociação das dívidas, terão reflexos importantes na situação fiscal dos estados”, disse Parente. Entre elas está o condicionamento dos repasses ao Legislativo e ao Judiciário à evolução da receita. Com isso, os governadores estariam forçando uma queda nos gastos desses dois poderes, vistos como uma das causas da crise financeira dos estados.

O governo federal também concorda em limitar a prerrogativa da Justiça de conceder liminares contra o Poder Público. Vários estados, principalmente São Paulo e Alagoas, estão sob permanente ameaça de intervenção por não quitar dívidas decorrentes de decisões de liminares concedidas por um juiz. Uma das

emendas constitucionais que fazem parte do pacote – também composto de projetos de resolução, projetos de lei e alterações em medidas provisórias – prevê que essas liminares sejam decididas com o voto da maioria dos juízes do tribunal. “Do jeito que está, não estamos vivendo a democracia, mas a monocracia, em que um só decide tudo”, defendeu a proposta o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB).

A proposta afirma, ainda, que quando estados e municípios forem réus em ações judiciais que impliquem o uso de recursos orçamentários, o Judiciário ficaria impedido de dar liminares até 31 de dezembro de 1998, quando termina o mandato dos atuais governadores. A idéia causou reação ontem mesmo no Judiciário. O presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, disse que “é preciso tomar cuidado

para que as dificuldades financeiras dos estados não se convertam em pretexto para manifestações tão explícitas de nostalgia do tempo dos Atos Inconstitucionais”.

Ironizando a idéia, Pertence acrescentou: “O pior é se os proponentes gostarem da experiência e forem reeleitos ou, então, se os seus sucessores não estiverem dispostos a não gozar das delícias do governo absoluto”. Para o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), “todos os governadores estão dando a sua contribuição em austeridade e, ainda assim, estão todos sujeitos a pedidos de intervenção”.

Parente acha difícil a liberação, por parte do Tesouro Nacional, de recursos para financiar o pagamento de precatórios pendentes no Orçamento de 1997. As condições de financiamento reivindicadas são de juros de 4% ao ano, prazo de 30 anos e correção pelo IGP-DI.